

07/10/2020

APEOESP

115

Acesse: www.apeoesp.org.br
imprensa@apeoesp.org.br

Informa Urgente

SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Filiado à **CNT** e **CUT**

Sem apoio para votar PL 529, governo cancela sessões extras

O governo Doria sofreu mais um revés na Assembleia Legislativa na noite desta quarta-feira, 7/10. A falta de votos para aprovar o PL 529 levou o líder do governo, deputado Carlão Pignatari, a solicitar o cancelamento das duas sessões extraordinárias que ocorreriam.

Novamente a pressão da mobilização e o trabalho da bancada de oposição surtem efeito e precisam continuar. Vamos nos manter ativos, atentos e presentes na Alesp para impedir que o governador Doria realize esse ataque aos direitos da população e do funcionalismo.

Secretaria de Comunicação

ORIENTAÇÕES JURÍDICAS SOBRE VOLTA ÀS AULAS PRESENCIAIS

1

O retorno dos professores às aulas presenciais a partir de 7/10 nas escolas que assim decidiram é OPCIONAL.

2

Portanto, nenhum(a) professor(a) pode ser obrigado(a) a retornar. Não existe nenhuma norma estadual neste sentido.

3

A APEOESP tem duas ações judiciais sobre a volta às aulas aguardando julgamento de mérito.

4

Qualquer professor(a) que seja convocado (a) ou que ilegalmente sofra assédio moral ou perseguição em razão de sua opção pelo não retorno deve ingressar com MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL, pela APEOESP, se associado(a). Poderá se associar, caso não o seja, e terá direito a ingressar com a ação.

Diga não à farsa **do ensino integral de** **Doria e Rossieli!**

O Secretário Estadual da Educação, Rossieli Soares, e o Governador do Estado, João Doria, estão impondo à população a incorporação de unidades escolares ao Projeto de Ensino Integral (PEI).

Uma escola de tempo integral não pode ser imposta por métodos autoritários, que manipulam “consultas à comunidade” que não permitem o livre debate, excluem a participação das representações sindicais, muitas vezes se realizam de forma inadequada sem a correta divulgação de todas as informações e nas quais se verificam até mesmo fraudes.

Recebemos denúncia de escolas com 600 alunos onde menos de 50 pais e mães foram consultados. Outras onde a convocação do Conselho de Escola não mencionava o assunto PEI.

Uma escola de tempo integral deve ser resultado da livre e inequívoca vontade da comunidade, à qual os pais desejam enviar seus filhos e na qual esses desejem estudar.

Projeto não atende aos anseios da comunidade

Para nós a escola de tempo integral de Doria/Rossieli não passa de um produto de marketing, que não atende aos anseios de professores, estudantes e das famílias. É excludente, pois tira a oportunidade para que o aluno-trabalhador possa estudar - via de regra extingue o noturno. Esses alunos passam, assim, a ser futuros estudantes da Educação de Jovens e Adultos.

Além do mais, não há um incremento curricular destinado à formação integral dos estudantes, mas apenas “mais do mesmo” ou atividades optativas não integradas ao projeto político-pedagógico e que pouco ou nada tem a ver com as expectativas daqueles estudantes e daquela comunidade. Isso para não falarmos dos problemas estruturais das escolas.

Finalmente, os professores são contratados por uma inaceitável seleção por “perfil”, desrespeitando o Estatuto do Magistério e a lista única de classificação. São submetidos a jornadas abusivas de trabalho e a avaliações anuais, podendo ser excluídos do projeto. A contrapartida é uma gratificação de 75% que cessa com a exclusão e não se incorpora ao salário. Se, com a gratificação, o governo reconhece que os professores ganham mal, deveria melhorar os salários de toda a categoria, pois todos os professores possuem méritos e trabalham por uma educação de qualidade.

Convidamos, portanto, a comunidade a dizer não à farsa da escola de tempo integral de Doria/Rossieli.

